

## ENSINO PRIVADO

CAMPANHA SALARIAL 2012

## Sinepe/RS não avança

Ocorreram cinco reuniões e quatro rodadas de negociação, marcadas pela intenção do sindicato patronal em condicionar avanços à flexibilização de direitos já consagrados dos professores

A estabilidade da economia brasileira, melhor distribuição de renda, mais emprego, crescimento da classe média, reajuste das anuidades, em média, 50% acima da inflação, são os argumentos dos professores para justificar a reivindicação por aumento real de salário (3%) e dos pisos salariais. “Os representantes patronais reconhecem este cenário, mas insistem em condicionar o aumento real de salários à flexibilização de direitos, garantindo saldo zero na folha de pagamento 2012”, expõe Amarildo Cenci, diretor do Sinpro/RS.

Até o fechamento desta edição do *Extra Classe*, os sindicatos já tinham realizado quatro reuniões de negociação em câmaras setoriais distintas, Educação Básica e Superior. Para acordo, o Sinepe/RS propôs a reposição da inflação nos salários e a manutenção da Convenção Coletiva de Trabalho (CCT).

Na última rodada, que ocorreu no dia 3 de abril, a direção do Sinpro/RS manteve a reivindicação por aumento real de salário e valorização dos pisos da categoria, reafirmada nas 19 plenárias de professores realizadas em todo o estado, entre os dias 27 e 31 de março. A categoria foi convocada pelo Sinpro/RS para avaliar o andamento das negociações salariais e a intenção do Sinepe/RS de retroceder nas condições de trabalho. Os professores repudiaram qualquer iniciativa de precarizar a CCT.

“O processo de negociação chegou numa encruzilhada, com o Sinepe trabalhando na lógica de cortar direitos e os professores convictos da possibilidade de que se conceda aumento real aos salários neste ano”, avalia Cenci.

Nova rodada de negociação acontecerá no dia 10 de abril, em Porto Alegre.



Foto: Igor Speranza

**EDUCAÇÃO BÁSICA** – A comissão do Sinepe/RS sinalizou desde o início que avanços seriam estudados a partir da redução de direitos. Na última reunião, propôs 5% de aumento real nos pisos da categoria (3% em abril mais 1,94% em janeiro de 2013); 1% de aumento real para Educação Infantil e anos iniciais; 0,5% de aumento real para Ensino Fundamental (anos finais), Ensino Médio, profissionalizante e cursos livres. Esses itens, no entanto, estão condicionados a perdas como: retirada do adicional de 3% por aprimoramento acadêmico (Educação Infantil e anos iniciais); compensação de feriados-ponte por sábados; retirada do aviso prévio proporcional ao tempo de serviço (compensando o mesmo no recesso escolar); não pagamento de sábados no caso de rescisão e indisponibilidade de sábados na proporção de dois por um. “Essa proposta não corresponde ao momento atual das instituições e os professores precisam ser valorizados”, destaca Cecília Farias, diretora do Sinpro/RS.

## REPOSIÇÃO DA INFLAÇÃO

Segundo levantamento do Sinpro/RS, várias instituições de ensino já pagaram os salários de março com pelo menos a reposição da inflação.

## CAMPANHA SALARIAL

A mobilização dos professores pode ser acompanhada na *internet*. O blog [www.deolhoensinoprivado.org.br](http://www.deolhoensinoprivado.org.br) é a central de conteúdos. A página do Sinpro/RS no *Facebook* traz informações atualizadas das reuniões de negociação e conteúdos debatidos; e no *Twitter*, o Sindicato compartilha conteúdos e as contradições do ensino privado.

O site do Sinpro/RS publica informações atualizadas, materiais da campanha e acesso às redes sociais.



Foto: Igor Speranza

**EDUCAÇÃO SUPERIOR** – A direção do Sinpro/RS acusa os representantes da PUCRS, Unisinos, Feevale, Univates e UCS, todas instituições comunitárias ligadas ao Comung de liderarem o coro da flexibilização de direitos como moeda de troca para o aumento real de salário. No dia 2 de abril, os sindicatos dos professores e funcionários publicaram um *Apedido* no jornal *Zero Hora* (página 23 - editoria Geral), denunciando a diferença entre o reajuste das anuidades (em média 9%) e a proposta de reajuste (5,47%). “Valorizar os seus trabalhadores deveria ser uma das prioridades das IES comunitárias. A maioria fez uma previsão de reajuste salarial dos professores para justificar o reajuste das anuidades, num percentual bem acima do que está propondo agora”, afirma Cenci. No dia seguinte, o jornal *Zero Hora* repercutiu o aumento das anuidades superior à inflação de 2011, identificadas em levantamento realizado pela Feteer/Sul e em pesquisa do Centro de Estudo e Pesquisas Econômicas (Iepe/Ufrgs). “O irônico é que a Fapa, de Porto Alegre, já concedeu 7% de aumento para seus professores. Realmente tem algo errado na política das comunitárias”, compara o dirigente do Sinpro/RS.

DIREITO AO DESCANSO

## MPT defende negociação

O Sinpro/RS, em reunião realizada no dia 30 de março com o Sindicato dos Estabelecimentos de Ensino Privado (Sinepe/RS), para apurar denúncia sobre descumprimento do direito de descanso dos professores relacionado ao excesso de trabalho extraclasses, destacou os aspectos legais que regem o trabalho docente, em contraponto ao documento que fora apresentado na reunião do dia 9 de março pelo sindicato das escolas. Essa foi a terceira reunião entre os sindicatos, mediada pelo procurador Rogério Uzun Fleishmann. A próxima reunião está agendada para o dia 23 de abril.

No último encontro, a direção do Sinpro/RS destacou que “o trabalho do professor tem jornada específica e registrada e está sujeito aos limites impostos pela lei; que todos os professores têm direito ao descanso semanal e aos intervalos inter e intrajornadas; que as ordens emitidas por instituições de ensino, por e-mail ou outros meios eletrônicos estão sujeitas ao pagamento; que aplicam-se aos professores, quando houver trabalho em casa, os preceitos legais; que o direito ao tempo de lazer é direito fundamental que deve ser respeitado pelas instituições de ensino”.

O diretor do Sinpro/RS, Marcos Fuhr, diz que o objetivo da negociação é a defesa do direito dos trabalhadores ao descanso. “O Sinpro/RS acionou o MPT para defender o direito que já existe. Este deve ser o foco das discussões”, reiterou Fuhr. O Sinpro/RS também apresentou o resultado da pesquisa contratada pela Feteer/Sul à Pós-Graduação de Psicologia da Unisinos, que aponta o alto grau de estresse dos professores do ensino privado gaúcho devido à sobrecarga de trabalho, às atividades *on-line* e excesso de trabalho extraclasses – leia matéria à página 12 desta edição.

Já a direção do Sinepe/RS sustentou na reunião com o MPT que não avalia excessos praticados por instituições de ensino e que está em consenso com o Sinpro/RS em relação a alguns pontos, como o não fornecimento dos contatos dos professores para os estudantes e o não envio de solicitações aos trabalhadores durante o final de semana, respeitando o descanso dos professores.

O procurador do MPT propôs que os sindicatos apresentem por escrito as questões pontuais que desejam acordar e defendeu a continuidade do debate na esfera do MPT. A primeira reunião entre o Sinpro/RS e o Sinepe/RS, mediada pelo MPT, ocorreu no dia 20 de dezembro, como resultado da audiência pública realizada no dia 9 de dezembro, a partir de denúncia do Sindicato dos Professores sobre o descumprimento do direito ao descanso dos docentes e sua relação com o excesso de trabalho extraclasses praticado por instituições de ensino privado.



Foto: Odete Assunção/Sinpro/RS

Mediação do Ministério Público busca consenso

## FAQ 2012

## Sorteio das bolsas neste mês

O Fundo Rotativo de Apoio à Qualificação Docente – FAQ, que concede financiamento parcial aos professores do ensino privado para o desenvolvimento e a conclusão de projeto de qualificação em Programa de Pós-Graduação, fará até 16 deste mês a pré-seleção dos docentes inscritos na edição 2012 do programa. Serão sorteadas três bolsas de auxílio para doutorandos. Os professores serão definidos no dia 28 de abril, na Sede Estadual do Sinpro/RS, através de sorteio aberto ao público. A íntegra da Resolução e o regulamento podem ser acessados em [www.sinpro.rs.org.br/faq](http://www.sinpro.rs.org.br/faq)

## ESPAÇO JURÍDICO

## Os exames periódicos específicos são importantes

O empregador é responsável por manter um meio ambiente do trabalho saudável e seguro. Apesar de isto parecer apenas teórico, o direito é objetivo e através de reiteradas decisões da Justiça do Trabalho podemos estabelecer algumas iniciativas que mantenham o foco no trabalho e no trabalhador saudáveis.

Em recente decisão, a Justiça do Trabalho condenou uma instituição de ensino a pagar indenização por danos vocais causados ao longo do exercício profissional à professora. Sim, dentre outras questões, observou a desembargadora relatora

do processo, que inexistiam na instituição qualquer programa de conservação vocal ou avaliação otorinolaringológica ou fonoaudiológica.

Neste ano, mais uma vez, destaca-se na pauta de reivindicações a necessidade de que as instituições substituam os exames periódicos habituais e generalizantes (auscultar os batimentos cardíacos e verificar a pressão) por aqueles que podem aferir de fato se os professores estão ou não protegidos dos males que, de forma contingencial, pelo exercício da atividade, devem atingi-los em algum momento da vida profissional.

Departamento jurídico  
[juridico@sinpro.rs.org.br](mailto:juridico@sinpro.rs.org.br)

## ENSINO PRIVADO

IES COMUNITÁRIAS

## Fórum critica gestão mercantilizada

Professores, funcionários e estudantes das instituições comunitárias de educação superior de todo o estado se reuniram no dia 31 de março, em Porto Alegre, na segunda edição do *Fórum pela Gestão Democrática das IES Comunitárias*. O encontro aconteceu na sede do Sindicato dos Professores do Ensino Privado do RS (Sinpro/RS) e contou com a participação do supervisor técnico do Diocese, Ricardo Franzoi, que apresentou dados da conjuntura econômica do estado e do país, que confirmam um cenário favorável para o setor.

Instituído pelo Sinpro/RS, o evento se constituiu em um espaço de discussão sobre o princípio da gestão democrática nas IES Comunitárias do RS. A comunidade acadêmica critica a adoção de práticas anti-democráticas e de políticas que desconstruem o conceito de instituições comunitárias.

Os participantes do Fórum aprovaram resoluções com as principais reivindicações para o setor (*confira quadro*). O documento será enviado às direções das IES Comunitárias, deputados estaduais e federais gaúchos, senadores e órgãos públicos ligados ao setor de Educação.



Foto: Odete Assunção/Sinpro/RS

Plenária definiu resoluções para as Comunitárias

## Resoluções do Fórum pela Gestão Democrática das IES Comunitárias

O *Fórum pela Gestão Democrática das IES Comunitárias* do RS, integrado pelas entidades representativas de professores, funcionários técnicos e administrativos e estudantes, em Reunião Plenária realizada, no dia 31 de março de 2012, na sede do Sinpro/RS, em Porto Alegre, após análise da conjuntura econômica e social gaúcha brasileira e discussão sobre os reflexos positivos no ensino privado, considerou e definiu pela manifestação pública conforme segue:

- reiterar a convicção de que as IES Comunitárias, mesmo com a incorporação das instituições confessionais, constituem um modelo institucional diferenciado, que por sua essência mantêm um compromisso com a educação e com a sociedade. Manifestam-se em defesa do modelo e com a luta contra as práticas internas, as adversidades do mercado e as políticas que despotencializam o caráter comunitário das instituições;
- destacar que as Instituições Comunitárias se originam e se constituem cotidianamente a partir da sua Comunidade interna formada pelos professores, funcionários e estudantes, que se define como a primeira comunidade objetiva a que o conceito deve remeter;
- manifestar estranheza com relação à postura contraditória das IES Comunitárias frente às reivindicações estudantis, no que refere à política de reajustamento das mensalidades, e dos professores e funcionários, no que refere à política de salários e condições de trabalho;
- denunciar a prática das IES Comunitárias de justificar o reajuste das anuidades escolares com o aumento dos salários dos professores e funcionários, o que geralmente não se concretiza nas negociações salariais;
- lamentar o protagonismo militante dos gestores das IES comunitárias nas negociações coletivas com professores e funcionários, sempre na perspectiva da retirada de direitos e na resistência à melhoria salarial;
- considerar como inaceitável e anticomunitária a política de restrição à melhoria salarial de seus trabalhadores, que vem pautando a postura de pró-reitores administrativos e gerentes de pessoal das IES Comunitárias nas negociações coletivas com as representações sindicais das categorias;
- considerar que as políticas de gestão que vêm hegemonizando as IES Comunitárias estão progressivamente desconstruindo a Comunidade in-

terna das instituições, na medida em que se precarizam as condições de trabalho e se negam as expectativas de melhoria salarial dos seus trabalhadores;

- repudiar as manifestações dos gestores administrativos das IES Comunitárias de desmerecimento dos benefícios das políticas públicas (ProUni, Fies e Parfor) para as finanças das instituições comunitárias;
- considerar como paradoxal à condição de Instituição Comunitária, a não participação nas políticas públicas (ProUni, Fies e Parfor) do Estado brasileiro em prol do desenvolvimento social;
- rejeitar a política de centralização administrativa nas IES Comunitárias e as intenções políticas de retrocesso na participação dos segmentos da comunidade institucional nas instâncias deliberativas da gestão;
- denunciar a conduta administrativa pautada pela lógica de mercado, seja na definição dos reajustes das anuidades; de cursos oferecidos, no limite de alunos nas turmas e, especialmente, de política para os salários e condições de trabalho de professores e funcionários;
- reafirmar a legitimidade da expectativa de melhoria salarial dos trabalhadores e de revisão da política que pauta a conduta dos representantes do setor nas negociações salariais;
- afirmar a expectativa de efetivas negociações com as entidades estudantis na definição dos futuros reajustes das anuidades e de políticas de assistência e permanência para os estudantes, com destaque para os *praeunistas*;
- as entidades de trabalhadores assumem o compromisso de apoiar o encontro de estudantes *praeunistas*, a realizar-se no dia 31 de maio de 2012, no campus da PUC RS;
- encaminhar aos agentes públicos do RS e às Reitorias e Mantenedoras das Instituições Comunitárias a presente resolução do Fórum;
- realizar a próxima reunião do Fórum em setembro de 2012 tendo como ponto de pauta a discussão de parâmetros para as planilhas de custo e reajustes das anuidades das instituições.

Março de 2012

**LIMITE DE ALUNOS** – O Sinpro/RS está realizando novo levantamento junto aos professores da Educação Básica e Superior para identificar as instituições de ensino privado que mantêm turmas com excesso de estudantes, com base nos parâmetros definidos pelos professores. O formulário é enviado por e-mail para que os docentes identifiquem turmas com excesso de alunos. Mais informações em [www.limitedealunosporturma.com.br](http://www.limitedealunosporturma.com.br)

**SINDICALIZAÇÃO** – Valorizar os direitos dos professores do ensino privado enquanto resultado das conquistas históricas da categoria e não como meras concessões das escolas e destacar o papel do Sinpro/RS em relação à carreira dos docentes. Essa é a proposta da Campanha Salarial 2012, lançada em fevereiro pelo Sinpro/RS. A meta é sindicalizar mais de 1,6 mil professores. Até 25 de março, ocorreram 363 novas sindicalizações.

UERGS

## Aprovado Projeto do Plano de Carreira



Deputados estaduais foram unânimes na votação

A Assembleia Legislativa aprovou por unanimidade o projeto que institui o Plano de Empregos, Funções e Salários, cria os empregos permanentes e os empregos e funções em comissão da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – Uergs. Até a votação em plenário, no dia 20 de março, foi um ano e três meses de negociações marcadas pela

intensa mobilização de professores e técnicos administrativos, Sinpro/RS, Aduergs, Semapi e Assuergs. O novo plano complementa a Lei nº 12.235, de 13 de janeiro de 2005, que não contempla na totalidade a estrutura universitária prevista no Estatuto da instituição, não prevê um quadro técnico responsável pela manutenção das bibliotecas e laboratórios de ensino e não estabelece um Plano de Carreira para os servidores.

Com a aprovação do projeto, o padrão salarial da Uergs passa a se equiparar ao das universidades federais. Também serão adotados mecanismos de valorização e de estímulo à qualificação profissional, como o adicional de dedicação exclusiva para os professores, equivalente a 40% do salário básico, e o adicional de incentivo à capacitação para os técnicos e servidores administrativos. O projeto, que será sancionado em até 30 dias a contar da votação, pelo governador Tarso Genro,

não cria nenhum novo emprego em comissão, prevendo o total 600 professores.

De acordo com o diretor do Sinpro/RS, Amarildo Cenci, a mobilização dos professores foi fundamental na construção da proposta de Plano de Carreira da Uergs e aprovação do projeto pelo Legislativo. “Com a implantação do Plano de Carreira e os concursos previstos para a contratação de docentes, a Uergs passa a se constituir em um novo e atraente espaço de trabalho para os professores”, observa o dirigente.

## NEGOCIAÇÕES 2012

Em assembleia no Sinpro/RS no dia 30 de março, os professores da Uergs aprovaram a pauta de reivindicações para a negociação do Acordo Coletivo 2012 com o governo do estado. Entre as reivindicações destacam-se o reajuste salarial de 5,47% (INPC) + 5% de aumento real, licença maternidade de seis meses, discussão de um seguro saúde e do pagamento do tempo de deslocamento para professores que trabalham em diferentes unidades. O documento já foi enviado ao governo.

TRT

## Metodistas condenados por discriminação

Tribunal Regional do Trabalho reconheceu quatro denúncias feitas pelo Sinpro/RS por despedimento discriminatório de professores da Rede Metodista

(IPA/Imec). Das quatro denúncias, referentes a três professores, uma delas foi configurada como discriminação política e três por doenças de tratamentos

longos. As decisões do TRT comprovam que a instituição teve conduta reiterada de demitir docentes que passaram por problemas de saúde.

## SINPROVANTAGEM

[sinprovantagem@sinpro.rs.org.br](mailto:sinprovantagem@sinpro.rs.org.br)

Abaixo os convênios firmados em abril. A lista completa está no site do Sinpro/RS ([www.sinpro.rs.org.br](http://www.sinpro.rs.org.br)). Os descontos não são cumulativos, nem válidos em promoções.

**BENTO GONÇALVES**  
CLÍNICA MULTIFACE. FISIOTERAPIA E QUIROPRAXIA. 20% de desconto à vista – TV Bahia, 17, Sala 2 – (54) 3451.2452 – [fisiogian@hotmail.com](mailto:fisiogian@hotmail.com)

**CARAZINHO**  
LUIGI PIZZAS. 8% de desconto no total da conta, exceto tele-entrega – Alexandre da Motta, 1264 – (54) 3329.5402 – [luigipizzas@hotmail.com](mailto:luigipizzas@hotmail.com) – [www.luigipizzas.com.br](http://www.luigipizzas.com.br)

**RISCOS E RABISCOS. LIVRARIA E PAPELARIA.** 15% de desconto à vista nos exames de ressonância sem contraste – Júlio de Castilhos, 2055 – (54) 3223.0222 – [sul@suldiagnosticos.com.br](mailto:sul@suldiagnosticos.com.br) – [www.suldiagnosticos.com.br](http://www.suldiagnosticos.com.br)

**CAXIAS**  
SUL DIAGNÓSTICOS. DIAGNÓSTICOS POR IMAGEM. 50% de desconto à vista nos exames de ressonância sem contraste – Júlio de Castilhos, 2055 – (54) 3223.0222 – [sul@suldiagnosticos.com.br](mailto:sul@suldiagnosticos.com.br) – [www.suldiagnosticos.com.br](http://www.suldiagnosticos.com.br)

**ESTEIO**  
ORTHO PREV CLÍNICA ODONTOLÓGICA. Informações sobre os benefícios diretamente com a Clínica – 24 de Agosto, 594 – (51) 3459.6107 – [orthoprev@yahoo.com.br](mailto:orthoprev@yahoo.com.br) – [www.clinicaop.com.br](http://www.clinicaop.com.br)

**NOVO HAMBURGO**  
COMLINES TRAMONTINA. UTILIDADES PARA O LAR. 5% de desconto adicional aos 5% oferecidos pela loja para pagamento à vista e 5% a prazo – BR 116, 4751 – (51) 3582.0035 – [comlines@comlines.com.br](mailto:comlines@comlines.com.br) – [www.comlines.com.br](http://www.comlines.com.br)

**OSÓRIO**  
BAMBI STORE. LIVRARIA E PAPELARIA. 10% de desconto para material e 5% para livros para pagamento à vista – Flores da Cunha, 1790, Sala 2 – (54) 3331.8967 – [riscoerabiscos@gmail.com](mailto:riscoerabiscos@gmail.com)

**PELOTAS**  
ACADEMIA DE PILATES. 30% de desconto no valor da mensalidade – Felix da Cunha, 657 A – (53) 8124.7886 – [academiadepilatespelotas@gmail.com](mailto:academiadepilatespelotas@gmail.com) – [academiadepilates.blogspot.com.br](http://academiadepilates.blogspot.com.br)

**PORTO ALEGRE**  
BAMBU PILATES. 35% de desconto na primeira mensalidade, 25% na segunda e 20% nas demais. Alunos já matriculados, 20%. Para plano fidelidade, 10% adicional – Osvaldo Aranha, 1439, Sala 301 – (51) 3516.5335 – [info@bambupilates.com.br](mailto:info@bambupilates.com.br) – [www.bambupilates.com.br](http://www.bambupilates.com.br)

**COMPANHIA DOS ÓCULOS.** 15% de desconto à vista e 10% a prazo para armações – Vigário José Inácio, 481 3º andar e Quintino Bocaiuva, 27 Loja 11, Independência, 1211 Loja 17 e Princesa Isabel, 17 Loja 04 – (51) 3062.0852 – [ciadosoculos@yahoo.com.br](mailto:ciadosoculos@yahoo.com.br) – [www.ciadosoculos.com.br](http://www.ciadosoculos.com.br)

**SANDUICHERIA BISKUYT.** 10% de desconto no total da conta – Av. Goethe, 270 – (51) 3211.0888 – [acmariante@hotmail.com](mailto:acmariante@hotmail.com)

**SÃO LEOPOLDO**  
CONSULTÓRIO JULIANA RECH. FISIOTERAPIA. 15% de desconto em pacotes e 10% para sessão individual – Primeiro de Março, 330 Sala 203 – (51) 8510.7415 – [consultorio@julianarech.net](mailto:consultorio@julianarech.net)